



Fundação de Apoio ao Desenvolvimento
da Universidade Estadual de Londrina

SAAE - MARECHAL CÂNDIDO RONDON
EDITAL Nº 001/2017
DATA DA PROVA: 27/08/2017

CARGO:
ADVOGADO
(NÍVEL SUPERIOR)

Conhecimentos Específicos: Questões 01 a 20; **Conhecimentos Gerais:** Questões 21 a 25;
Língua Portuguesa: Questões 26 a 35; **Matemática:** Questões 36 a 40.

LEIA AS INSTRUÇÕES ABAIXO ANTES DE INICIAR A PROVA

1	Identifique-se na parte inferior da capa deste caderno de questões.
2	A prova terá duração de 4 (quatro) horas, incluindo o tempo de preenchimento do cartão-resposta
3	Utilize caneta esferográfica azul ou preta no preenchimento do cartão-resposta.
4	O candidato só poderá retirar-se da sala após 1 (uma) hora do início das provas, seja para ir embora ou para utilizar os sanitários.
5	Este caderno de provas contém 40 (quarenta) questões de múltipla escolha (a,b,c,d).
6	Cada questão de múltipla escolha apresenta uma única resposta correta.
7	Verifique se o caderno está completo e sem imperfeições gráficas. Se houver algum problema, comunique imediatamente ao fiscal.
8	Durante a aplicação da prova é proibido qualquer tipo de consulta.
9	Este caderno de provas pode ser usado como rascunho, sendo a correção da prova feita única e exclusivamente pela leitura eletrônica dos cartões-resposta.
10	Assine o cartão-resposta no local indicado.
11	Não serão computadas questões não assinaladas no cartão-resposta, ou que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura.
12	Ao término da prova, o cartão-resposta deverá ser devolvido ao fiscal da prova.
13	O caderno de prova poderá ser levado somente pelo candidato que se retirar da sala de aplicação de provas no decurso da última hora da realização das mesmas.
14	É obrigatória a saída simultânea dos 3 (três) últimos candidatos, que assinarão a ata de encerramento da aplicação da prova e acompanharão os fiscais à coordenação para lacre do envelope de cartões-resposta.

Identificação do candidato

Nome (em letra de forma)	Nº do Documento

QUESTÕES 01 A 20 - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

01. A distribuição de competência é um daqueles temas considerados materialmente constitucionais. Com base nisso, analise o texto abaixo.

“Promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico.”

O texto acima diz respeito a que tipo de competência constitucional?

- a) Competência material exclusiva da União.
 - b) Competência comum da União, dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios.
 - c) Competência legislativa privativa da União.
 - d) Competência legislativa concorrente da União, dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios.
-

02. Acerca da fiscalização das contas municipais, assinale a alternativa correta.

- a) A fiscalização municipal será exercida, no controle externo, pelo Poder Legislativo Estadual, exclusivamente.
 - b) O controle interno das contas municipais será feito pela Câmara de Vereadores.
 - c) O controle externo será feito pela Câmara Municipal com auxílio dos Tribunais de Contas do Estado ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios.
 - d) O controle externo das contas municipais será feito exclusivamente pelos Tribunais de Contas Municipais, que são obrigatórios em todos os Municípios.
-

03. Acerca das competências constitucionais atribuídas aos municípios, analise as assertivas abaixo.

- (I) É competência do município prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população.
- (II) É competência do município promover, no que couber, o adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano.
- (III) É competência do município instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos.

Assinale a alternativa correta.

- a) Estão corretas as afirmativas I e II, apenas.
 - b) Estão corretas as afirmativas I e III, apenas.
 - c) Estão corretas as afirmativas II e III, apenas.
 - d) Todas as afirmativas estão corretas.
-

04. Acerca das tutelas provisórias previstas no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

- a) A tutela de evidência, cautelar ou antecipada, pode ser concedida em caráter antecedente ou incidental.
 - b) A tutela de evidência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.
 - c) A tutela da urgência será concedida, independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo.
 - d) A tutela provisória pode fundamentar-se em urgência ou evidência.
-

05. Em relação aos recursos previstos no Código de Processo Civil, analise as assertivas abaixo.

- I) O prazo para interpor qualquer dos recursos cíveis e para responder-lhes é de 15 (quinze) dias, sem exceção.
- II) Computar-se-á em quádruplo o prazo para contestar e em dobro para recorrer quando a parte for a Fazenda Pública Municipal.
- III) Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público.

Assinale a alternativa correta.

- a) Estão corretas as afirmativas I e II, apenas.
 - b) Está correta a afirmativa III, apenas.
 - c) Estão corretas as afirmativas II e III, apenas.
 - d) Todas as afirmativas estão corretas.
-

06. Acerca das causas que suspendem e interrompem a prescrição, analise as assertivas abaixo.

- (I) É causa de interrupção das prescrição, qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor.
- (II) Pendendo condição suspensiva, fica interrompida a prescrição.
- (III) A interrupção da prescrição somente poderá ocorrer uma vez.

Assinale a alternativa correta.

- a) Está correta a afirmativa I, apenas.
 - b) Está correta a afirmativa II, apenas.
 - c) Está correta a afirmativa III, apenas.
 - d) Estão corretas as afirmativas I e III, apenas.
-

07. Acerca do pagamento e da extinção das obrigações, analise o texto a seguir.

“A pessoa obrigada por dois ou mais débitos da mesma natureza, a um só credor, tem o direito de indicar a qual deles oferece pagamento, se todos forem líquidos e vencidos.”

O texto acima diz respeito a que modalidade de extinção da obrigação?

- a) Dação em pagamento.
- b) Imputação do pagamento.
- c) Novação.
- d) Pagamento com sub-rogação.

08. Sobre a previsão do Código de Defesa do Consumidor acerca da “adequada e eficaz prestação dos serviços públicos em geral”, pode-se afirmar que:

- a) trata-se de um direito básico do consumidor.
- b) o referido texto não está expressamente previsto no Código de Defesa do Consumidor.
- c) não possui qualquer força normativa, por estar previsto apenas nas disposições finais do Código de Defesa do Consumidor.
- d) não se aplica, em nenhuma hipótese, à administração pública que não possui consumidores, mas apenas usuários de serviços públicos.

09. De acordo com a Lei nº 11.445/07, o saneamento básico compreende, além do tratamento de água e esgotamento sanitário, um conjunto de serviços, infraestruturas e instalações, dentre as quais está o serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos urbanos. Com base no conceito estabelecido no art. 7º da Lei nº 11.445/07, pode ser compreendido como serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos urbanos:

- (I) A coleta, transbordo e transporte dos resíduos do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas.
- (II) A triagem para fins de reuso ou reciclagem, de tratamento, inclusive por compostagem, e de disposição final dos resíduos do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas.
- (III) A drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas.

Assinale a alternativa correta.

- a) Estão corretas as afirmativas I e II, apenas.
- b) Estão corretas as afirmativas I e III, apenas.
- c) Estão corretas as afirmativas II e III, apenas.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.

10. O Município “X”, com base em lei elaborada de acordo com as normas constitucionais, procedeu ao lançamento do Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) referente a imóveis situados em área de expansão urbana, ainda que não dotada de, no mínimo, dois dos melhoramentos previstos no art. 32, § 1º, do CTN. Alguns munícipes, indignados com a cobrança, propuseram ações visando a declaração de inexistência de relação jurídica tributária, a anulação do lançamento já ocorrido e a repetição do indébito. Entre os munícipes que propuseram referidas ações está M.F.B. A senhora M.F.B é locatária de um desses imóveis e, por estar previsto em seu contrato de locação a obrigação de pagar o referido tributo, entende ser legitimada para a propositura da referida ação.

Considerando os elementos contidos na situação acima, à luz da legislação vigente e da interpretação majoritária do Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre o tema, é correto afirmar que:

- a) o STJ, ao interpretar o art. 32, § 2º, do CTN, firmou o entendimento de que é legítima a cobrança do IPTU sobre imóveis considerados por lei municipal como situados em área de expansão urbana, ainda que não dotada dos melhoramentos previstos no art. 32, § 1º, do CTN. Outrossim, entende o STJ que o locatário, por não ostentar a condição de contribuinte ou de responsável tributário, não tem legitimidade ativa para postular a declaração de inexistência de relação jurídica tributária, bem como a repetição de indébito referente ao IPTU.
- b) o STJ, ao interpretar o art. 32, § 2º, do CTN, firmou o entendimento de que não é legítima a cobrança do IPTU sobre imóveis considerados por lei municipal como situados em área de expansão urbana, caso não dotada dos melhoramentos previstos no art. 32, § 1º, do CTN. Porém, entende, o STJ, que o locatário, por não ostentar a condição de contribuinte ou de responsável tributário, não tem legitimidade ativa para postular a declaração de inexistência de relação jurídica tributária, bem como a repetição de indébito referente ao IPTU.
- c) o STJ, ao interpretar o art. 32, § 2º, do CTN, firmou o entendimento de que é legítima a cobrança do IPTU sobre imóveis considerados por lei municipal como situados em área de expansão urbana, ainda que não dotada dos melhoramentos previstos no art. 32, § 1º, do CTN. Outrossim, entende o STJ que o locatário, por ostentar a condição de contribuinte de fato, tem legitimidade ativa para postular a declaração de inexistência de relação jurídica tributária, bem como a repetição de indébito referente ao IPTU.
- d) o STJ, ao interpretar o art. 32, § 2º, do CTN, firmou o entendimento de que não é legítima a cobrança do IPTU sobre imóveis considerados por lei municipal como situados em área de expansão urbana, caso não dotada dos melhoramentos previstos no art.

32, § 1º, do CTN. Outrossim, entende o STJ que o locatário, por ostentar a condição de responsável tributário, tem legitimidade ativa para postular a repetição de indébito referente ao IPTU, ainda que não possa pleitear a declaração de inexistência de relação jurídico-tributária.

11. A obrigação tributária é composta de elementos objetivos e subjetivos. Os elementos subjetivos da obrigação consistem no sujeito ativo e passivo da relação jurídico-tributária. Considerando-se as disposições do CTN (Lei nº 5.172/66) sobre o tema, é correto afirmar que:

- a) a lei poderá prever solidariedade entre pessoas vinculadas direta ou indiretamente ao fato gerador, desde que estabeleça benefício de ordem entre os coobrigados.
- b) existindo solidariedade no pagamento do tributo, a interrupção da prescrição contra um dos obrigados não favorecerá ou prejudicará os demais.
- c) a pessoa jurídica que não esteja regularmente constituída não possui capacidade tributária, ainda que configure uma unidade econômica ou profissional.
- d) a capacidade tributária passiva independe da capacidade civil das pessoas naturais ou de achar-se a pessoa natural sujeita a medidas que importem privação ou limitação do exercício de atividades civis.

12. A respeito da cobrança de taxas e preços públicos, julgue a Verdade (V) ou Falsidade (F) das sentenças abaixo à luz do que dispõe o Código Tributário Nacional e a interpretação majoritária do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e Supremo Tribunal Federal (STF). Após, assinale a sequência que expresse o correto julgamento.

I - As concessionárias e permissionárias de serviço público poderão instituir, fiscalizar e cobrar as taxas e tarifas referentes aos serviços por elas prestados.
II - Sujeita-se ao prazo prescricional quinquenal previsto no Código Tributário Nacional (CTN) a ação de repetição de indébito de tarifas pelo fornecimento dos serviços de água e esgoto, desde que prestado por concessionária de serviço público.

III - É inconstitucional a adoção, no cálculo do valor da taxa, de elementos da base de cálculo própria de determinado imposto, ainda que não haja integral identidade entre uma base e outra.

- a) I - V, II - F, III - F.
- b) I - F, II - V, III - V.
- c) I - F, II - V, III - F.
- d) I - F, II - F, III - F.

13. A sindicância e o processo administrativo disciplinar são instrumentos de apuração de responsabilidade dos servidores públicos por infrações cometidas no exercício de suas atribuições ou que com ela tenham relação. No âmbito federal estes instrumentos são regulados pela Lei nº 8.112/90. Por sua vez, na esfera específica do Município de Marechal Cândido Rondon, encontram-se, suas diretrizes basilares previstas na Lei Complementar nº 79/11 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais). Independentemente do âmbito federativo, estes institutos possuem regras gerais que se aplicam às esferas federal, estadual e municipal, as quais foram objeto de debate e uniformização jurisprudencial pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e Superior Tribunal de Justiça (STJ). A respeito do tema, assinale a assertiva que possui uma afirmação INCORRETA.

- a) A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar ofende a Constituição, notadamente o princípio do contraditório e ampla defesa, segundo orientação sumulada do STF.
- b) Os processos administrativos disciplinares estão submetidos a controle do Poder Judiciário no tocante ao exame do efetivo respeito aos princípios do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, sendo vedado, contudo, adentrar-se no mérito administrativo.
- c) As instâncias administrativa e penal são independentes entre si, salvo quando reconhecida a inexistência do fato ou a negativa de autoria na esfera criminal.
- d) O exame de eventuais irregularidades ocorridas durante a sindicância restará superado caso ocorra a instauração do competente processo administrativo disciplinar.

14. Recentemente foi divulgado nas mídias sociais um suposto áudio em que um famoso cantor popular expõe sua indignação por não ter recebido o “assessoramento” de nenhum político ou agente público de sua região para a aquisição de um bem imóvel em valor abaixo do mercado, como forma de prestigiar sua escolha pela moradia em determinado município. Suponha que o Diretor Executivo de uma autarquia municipal, exercendo cargo em comissão de livre nomeação e exoneração, resolva atender ao suplicio de referido cantor, de quem é fã desde pequeno. Para tanto, o Diretor Executivo procura o aclamado cantor e lhe oferece a aquisição de um imóvel da autarquia em valor um pouco abaixo do mercado, desde que o cantor, além de pagar o preço, realize um show de final de ano em benefício dos funcionários da autarquia municipal. Neste caso, com base no art. 37 da Constituição Federal e nas disposições da Lei nº 8.429/92 (Improbidade Administrativa) é correto afirmar que:

a) o ato não poderá ser capitulado como ato de improbidade administrativa, pois o Diretor Executivo, ao exercer cargo em comissão, não se encontra submetido aos ditames da Lei nº 8.429/92, mas sim às regras punitivas do Código Penal.

b) o ato poderá ser capitulado como ato de improbidade administrativa, pois, para que seja reconhecida a tipificação da conduta do réu como incurso nas previsões da Lei nº 8.429/92, não é necessária a demonstração do elemento subjetivo (dolo ou culpa), aplicando-se à hipótese a responsabilidade objetiva.

c) o ato não poderá ser capitulado como ato de improbidade administrativa pois os agentes políticos municipais não se submetem aos ditames da Lei de Improbidade Administrativa, mas apenas à responsabilização política e criminal estabelecida no Decreto-Lei nº 201/1967 (Lei de Responsabilidade Administrativa).

d) o ato poderá ser capitulado como ato de improbidade administrativa, pois o Diretor Executivo, ainda que exercente de cargo em comissão, é considerado agente público para os fins da Lei nº 8.429/92, a qual é aplicada ao âmbito da administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de Território.

15. O proprietário do Hotel “Bom Descanso” estava deveras aborrecido com o que ocorreu neste verão. Há duas semanas houve uma forte chuva na região e a árvore que existia em frente ao estabelecimento caiu, derrubando os sistemas de fornecimento de energia. O fato causou grave tumulto, pois o hotel estava lotado e o restabelecimento da energia se deu dois dias após o evento. O gerente do Hotel afirma que havia notificado, por diversas vezes, a Secretaria do Meio Ambiente de seu Município sobre a possibilidade do risco de queda da árvore, a qual já continha sinais de apodrecimento do caule, mas não obteve análise de seus pedidos. Neste caso, é correto afirmar que:

a) aplica-se, à hipótese, a responsabilidade subjetiva do Poder Público em decorrência de conduta omissiva, sendo necessária a existência de prova da negligência na atuação estatal, o dano e o nexo de causalidade.

b) é desnecessária a comprovação, na hipótese, de culpa do Poder Público, pois a responsabilidade civil do Estado, seja pelas condutas omissivas ou comissivas, é sempre objetiva.

c) em qualquer hipótese haverá responsabilidade civil do Poder Público, pois a modalidade de responsabilidade objetiva aplicada ao caso em tela não admite excludentes, eis que pautada na teoria do risco integral.

d) não há responsabilidade civil do Estado, o qual não responde por danos causados em razão de condutas omissivas, mas apenas por situações que importem em uma atuação administrativa direta.

16. A respeito do que dispõe a Lei nº 8.666/93 sobre contratos administrativos e licitações públicas, é correto afirmar que:

a) à Administração pública é vedada a contratação por meio verbal, em qualquer hipótese.

b) o contratado pode rescindir o contrato havendo atraso dos pagamentos devidos pela Administração superior a 30 (trinta) dias referente a serviços já executados, salvo motivo de força maior.

c) a variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços nele previstos é também considerada alteração contratual.

d) nos casos em que a Lei impõe sua ocorrência obrigatória, a audiência pública será concedida com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis da data prevista para a publicação do edital.

17. Nos termos da Lei nº 11.445/2007 (diretrizes nacionais sobre saneamento), a prestação de serviços públicos de saneamento básico por entidade que não integre a administração do titular depende, como regra geral, da celebração de:

a) Contrato.

b) Convênio.

c) Termos de parceria.

d) Termo de gestão.

18. A respeito do tratamento das águas dispensado pela Constituição Federal de 1988 e considerando as disposições sobre saneamento básico da Lei nº 11.445/2007, é correto afirmar que:

a) as águas públicas são bens dominicais dos Municípios, que poderão estabelecer preços públicos para sua utilização pelos particulares.

b) as águas públicas podem ser de uso comum ou dominicais, podendo os Municípios, titulares das últimas, exigir o pagamento de taxa em razão da utilização pelos cidadãos.

c) as águas são bens públicos e, quando não forem pertencentes à União, serão dos Estados (e, por analogia, do Distrito Federal), não havendo previsão constitucional de titularidade aos Municípios.

d) as águas subterrâneas situadas em propriedades privadas serão suscetíveis de apropriação independentemente de outorga, podendo o proprietário se opor à conexão do imóvel urbano às redes públicas de abastecimento disponíveis.

19. Assinale a alternativa que preencha corretamente a lacuna na frase abaixo:

“O armazenamento em nuvem (tipo dropbox, google drive, onedrive) tem se difundido muito nos últimos anos pois traz uma funcionalidade de acesso dos arquivos do computador _____.”

- a) unicamente no computador onde os arquivos estão contidos.
 - b) para todas as pessoas do mundo, mesmo sem permissão.
 - c) em qualquer local, para o dono da conta na nuvem, e com quem este compartilhar.
 - d) em qualquer local, para qualquer pessoa mesmo que não seja dono ou esteja sem permissão de acesso.
-

20. Sabe-se que os hackers atacam diversos computadores ao redor do mundo, o Malware WannaCry, mostrou como é possível amedrontar muitas pessoas com o sequestro digital de dados. Este ataque tem feito com que muitas empresas adotem ferramentas de segurança para se proteger deste tipo de criminosos. Sabendo disso, assinale a alternativa que contenha SOMENTE ferramentas utilizadas para proteção digital dos computadores e redes de uma empresa na internet.

- a) Software de antivírus e software de busca.
- b) Software de firewall e software de antivírus.
- c) Software de firewall e software de ftp.
- d) Software de antivírus e software de pop.

QUESTÕES 21 A 25 - CONHECIMENTOS GERAIS

21. Leia a seguinte notícia sobre um recente episódio relativo ao cenário político brasileiro, publicada em julho deste ano, e assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna:

“O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi condenado, nesta quarta-feira (12/07), a 9 anos e 6 meses de prisão pelos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro no caso do _____ . A sentença do juiz Sergio Moro é a primeira contra o petista no âmbito da Lava Jato”.

(Folha de São Paulo, 12/07/2017, com adaptações).

- a) Impeachment.
 - b) Mensalão.
 - c) Ex-Prefeito Celso Daniel.
 - d) Tríplice de Guarujá.
-

22. A Constituição Federativa do Brasil apresenta um conjunto de direitos e garantias fundamentais aos brasileiros e estrangeiros residentes no país. Analise as alternativas a seguir e assinale a que NÃO apresenta um desses direitos e garantias:

- a) Acesso à informação.
- b) Liberdade de consciência e de crença.
- c) Associação para fins paramilitares.
- d) Livre manifestação do pensamento.

23. Considere a seguinte descrição sobre um problema social da atualidade e assinale a alternativa que apresenta o nome do “jogo” que lhe diz respeito:

“É uma iniciativa de criminosos que usam as redes sociais para impor desafios macabros a crianças e adolescentes, induzindo-os virtualmente até ao suicídio. Um grupo de organizadores propõe aos participantes, a maioria menores de 16 anos, uma sequência de missões que envolvem isolamento social, automutilação e suicídio”.

(Portal de Notícias G1, 18/07/2017, com adaptações).

- a) Baleia Azul.
 - b) Elefante Branco.
 - c) Gato Preto.
 - d) Leão Amarelo.
-

24. Analise a notícia jornalística a seguir e assinale a alternativa que apresenta o nome do país latino-americano em que tal situação tem ocorrido:

“A onda de protestos contra o presidente já deixou um total de cem mortos em quatro meses, depois da confirmação pelas autoridades do falecimento de um menor de quinze anos nesta sexta-feira (21/07). O Ministério Público informou que a vítima morreu nos distúrbios ocorridos em uma manifestação no setor de Pomona, estado de Zulia, durante greve convocada pela oposição em todo o país, em circunstâncias ainda não esclarecidas”.

(Agência Estado, 21/07/2017, com adaptações).

- a) Argentina.
 - b) Chile.
 - c) Paraguai.
 - d) Venezuela.
-

25. Leia a seguinte notícia jornalística e assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna:

“O movimento _____, que diz representar pais e estudantes contrários ao que chamam de ‘doutrinação ideológica’ nas salas de aula, existe há vários anos, mas recentemente começou a provocar polêmica - desde que Câmaras Municipais, Assembleias Legislativas e o Congresso Nacional começaram a debater projetos de lei inspirados no grupo. O objetivo do movimento é especificar os limites da atuação dos professores, impedindo que eles promovam suas crenças particulares em sala de aula e denigrem os alunos que pensem de forma distinta”.

(G1, 03/08/2016, com adaptações).

- a) Brasil Livre.
- b) Escola Sem Partido.
- c) Reforma do Ensino Médio.
- d) União Nacional dos Estudantes.

QUESTÕES 26 A 35 - LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto a seguir e responda as questões 26 à 35.

O Melhor Amigo

(Fernando Sabino)

A mãe estava na sala, costurando. O menino abriu a porta da rua, meio ressabiado, arriscou um passo para dentro e mediu cautelosamente a distância. Como a mãe não se voltasse para vê-lo, deu uma corridinha em direção de seu quarto.

– Meu filho? – gritou ela.

– O que é – respondeu, com o ar mais natural que lhe foi possível.

– Que é que você está carregando aí?

Como podia ter visto alguma coisa, se nem levantara a cabeça? Sentindo-se perdido, tentou ainda ganhar tempo.

– Eu? Nada...

– Está sim. Você entrou carregando uma coisa.

Pronto: estava descoberto. Não adiantava negar – o jeito era procurar comovê-la. Veio caminhando desconsolado até a sala, mostrou à mãe o que estava carregando:

– Olha aí, mamãe: é um filhote...

Seus olhos súplices aguardavam a decisão.

– Um filhote? Onde é que você arranjou isso?

– Achei na rua. Tão bonitinho, não é, mamãe?

Sabia que não adiantava: ela já chamava o filhote de isso. Insistiu ainda:

– Deve estar com fome, olha só a carinha que ele faz.

– Trate de levar embora esse cachorro agora mesmo!

– Ah, mamãe... – já comendo uma cara de choro.

– Tem dez minutos para botar esse bicho na rua. Já disse que não quero animais aqui em casa. Tanta coisa para cuidar, Deus me livre de ainda inventar uma amolação dessas.

O menino tentou enxugar uma lágrima, não havia lágrima. Voltou para o quarto, emburrado:

A gente também não tem nenhum direito nesta casa – pensava. Um dia ainda faço um estrago louco. Meu único amigo, enxotado desta maneira!

– Que diabo também, nesta casa tudo é proibido! – gritou, lá do quarto, e ficou esperando a reação da mãe.

– Dez minutos – repetiu ela, com firmeza.

– Todo mundo tem cachorro, só eu que não tenho.

– Você não é todo mundo.

– Também, de hoje em diante eu não estudo mais, não vou mais ao colégio, não faço mais nada.

– Veremos – limitou-se a mãe, de novo distraída com a sua costura.

– A senhora é ruim mesmo, não tem coração!

– Sua alma, sua palma.

Conhecia bem a mãe, sabia que não haveria apelo: tinha dez minutos para brincar com seu novo amigo, e depois... ao fim de dez minutos, a voz da mãe, inexorável:

– Vamos, chega! Leva esse cachorro embora.

– Ah, mamãe, deixa! – choramingou ainda: – Meu melhor amigo, não tenho mais ninguém nesta vida.

– E eu? Que bobagem é essa, você não tem sua mãe?

– Mãe e cachorro não é a mesma coisa.

– Deixa de conversa: obedece sua mãe.

Ele saiu, e seus olhos prometiam vingança. A mãe chegou a se preocupar: meninos nessa idade, uma injustiça praticada e eles perdem a cabeça, um recalque, complexos, essa coisa.

– Pronto, mamãe!

E exibiu-lhe uma nota de vinte e uma de dez: havia vendido seu melhor amigo por trinta dinheiros.

– Eu devia ter pedido cinquenta, tenho certeza que ele dava - murmurou, pensativo.

(Disponível em: <http://www.contioutra.com/o-melhor-amigo-cronica-de-fernando-sabino/>)

26. A partir da leitura do texto, analise as afirmações abaixo e assinale a alternativa correta.

I. O texto é essencialmente descritivo.

II. O texto reflete a fragilidade das relações afetivas.

III. As tentativas do menino não são exageradas, pois ele amava realmente o cachorro.

IV. A mãe mostrou-se preocupada por ter exigido a saída do cachorro da casa.

a) Somente as afirmações I, II e IV estão corretas.

b) Somente as afirmações II e IV estão corretas.

c) Somente as afirmações II, III e IV estão corretas.

d) Somente as afirmações I, II e III estão corretas.

27. Sobre o trecho: “E exibiu-lhe uma nota de vinte e uma de dez: havia vendido seu melhor amigo por trinta dinheiros.”, assinale a alternativa INCORRETA.

a) O sinal de dois pontos introduz a explicação sobre a origem do dinheiro recebido.

b) Quem comprou o cachorro foi o melhor amigo do menino.

c) O autor usa a figura de ironia na expressão “melhor amigo”.

d) A expressão “trinta dinheiros” representa o valor total recebido.

28. No trecho: “O menino abriu a porta da rua, meio ressabiado, arriscou um passo para dentro e mediu cautelosamente a distância.”, são adjuntos adverbiais:

- a) meio, um passo, a distância.
 - b) ressabiado, cautelosamente, a distância.
 - c) dentro, cautelosamente, a distância.
 - d) meio, dentro, cautelosamente.
-

29. Assinale a alternativa em que o verbo é intransitivo.

- a) A senhora é ruim mesmo.
 - b) Todo mundo tem cachorro.
 - c) De hoje em diante eu não estudo mais.
 - d) Voltou para o quarto, emburrado.
-

30. Assinale a alternativa correta quanto ao processo de formação das palavras: corridinha, bonitinho, carinha.

- a) Derivação sufixal.
 - b) Justaposição.
 - c) Derivação parassintética.
 - d) Derivação prefixal.
-

31. Assinale a alternativa em que a palavra “mãe” exerce função de vocativo.

- a) Que bobagem é essa, você não tem sua mãe?
 - b) A mãe chegou a se preocupar.
 - c) Tão bonitinho, não é, mãe?
 - d) Como a mãe não se voltasse para vê-lo.
-

32. Quanto ao emprego da crase, assinale a alternativa em que o sinal foi inserido de forma INCORRETA.

- a) Seu melhor amigo foi entregue à uma pessoa estranha.
 - b) O menino disse à mãe que queria muito o filhotinho.
 - c) Obedeça à sua mãe!
 - d) Inconsolável, o filho foi à sala insistir com a mãe.
-

33. Assinale a alternativa em que o verbo está flexionado no modo imperativo.

- a) Leva esse cachorro embora.
 - b) Um dia ainda faça um estrago louco.
 - c) Não havia lágrima.
 - d) Eu devia ter pedido cinquenta.
-

34. De acordo com as regras do Novo Acordo Ortográfico, assinale a alternativa em que as palavras estão corretas quanto à acentuação.

- a) Seqüência – idéia – herói.
- b) Assembleia – estreia – paranoico.
- c) Enjoo – ideia – joia.
- d) Tranquilo – andróide – vôo.

35. “A senhora é ruim mesmo, não tem coração!”

Assinale a alternativa que indica corretamente a figura de linguagem empregada na frase destacada acima.

- a) Ironia.
- b) Hipérbole.
- c) Cacofonia.
- d) Pleonasma.

QUESTÕES 36 A 40 - MATEMÁTICA

36. Durante uma campanha de vacinação em uma escola, 100 crianças foram vacinadas em um dia. Sendo que 70 crianças tomaram a vacina A e 50 crianças tomaram a vacina B. O número de crianças que tomaram as duas vacinas é igual a:

- a) 20.
 - b) 30.
 - c) 40.
 - d) 50.
-

37. Uma máquina de lavar louças é vendida à vista por R\$ 1500,00 ou a prazo com R\$ 500,00 de entrada mais três parcelas mensais iguais. Sabendo que a loja cobra juros compostos de 2% a.m., o valor de cada parcela é de aproximadamente:

- a) R\$ 324,40.
 - b) R\$ 353,30.
 - c) R\$ 379,15.
 - d) R\$ 380,00.
-

38. Marcos comprou determinada quantidade de arroz, consumindo 90g por dia. Se ele consumisse 60 g por dia, com a mesma massa comprada, poderia consumir o arroz por mais 4 dias. A quantidade de arroz comprada foi de:

- a) 0,25 kg.
 - b) 0,47 kg.
 - c) 0,66 kg.
 - d) 0,72 kg.
-

39. Dos 600 alunos de um determinado colégio, $\frac{1}{3}$ irão votar no candidato A para diretor e $\frac{1}{5}$ irão votar no candidato B. A fração de alunos que não irão votar nesses dois candidatos é igual a:

- a) $\frac{7}{15}$.
- b) $\frac{3}{7}$.
- c) $\frac{2}{7}$.
- d) $\frac{8}{9}$.

40. Uma indústria de alimentos possui 10 máquinas iguais que produzem juntas 2.000 doces em 5 horas. Sabendo que a indústria recebeu uma encomenda de 2.400 doces, porém, 2 dessas máquinas não poderão ser utilizadas. O tempo para produzir a nova encomenda será de:

- a) 6h20min.
- b) 6h50min.
- c) 7h30min.
- d) 7h50min.

GABARITO

PREENCHA SUAS RESPOSTAS NO QUADRO ABAIXO E DESTAQUE NA LINHA PONTILHADA

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40					